

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Texto para os itens de 51 a 65

1 Convocada por D. Pedro em junho de 1822, a  
constituinte só seria instalada um ano mais tarde, no dia 3 de  
maio de 1823, mas acabaria dissolvida seis meses depois, em  
4 12 de novembro.

Os membros da constituinte eram escolhidos por meio  
dos mesmos critérios estabelecidos para a eleição dos  
7 deputados às cortes de Lisboa. Os eleitores eram apenas os  
homens livres, com mais de vinte anos e que residissem por,  
pelo menos, um ano na localidade em que viviam, e  
10 proprietários de terra. Cabia a eles escolher um colégio  
eleitoral, que, por sua vez, indicava os deputados de cada  
região. Estes tinham de saber ler e escrever, possuir bens e  
13 virtudes. Em uma época em que a taxa de analfabetismo  
alcançava 99% da população, só um entre cem brasileiros era  
elegível. Os nascidos em Portugal tinham de estar residindo  
16 por, pelo menos, doze anos no Brasil. Do total de cem  
deputados eleitos, só 89 tomaram posse. Era a elite intelectual  
e política do Brasil, composta de magistrados, membros do  
19 clero, fazendeiros, senhores de engenho, altos funcionários,  
militares e professores. Desse grupo, saíram mais tarde 33  
senadores, 28 ministros de Estado, dezoito presidentes de  
22 província, sete membros do primeiro conselho de Estado e  
quatro regentes do Império.

O local das reuniões era a antiga cadeia pública, que,  
25 em 1808, havia sido remodelada pelo vice-rei conde dos Arcos  
para abrigar parte da corte portuguesa de D. João. No dia da  
abertura dos trabalhos, D. Pedro chegou ao prédio em uma  
28 carruagem puxada por oito mulas. Discursou de cabeça  
descoberta, o que, por si só, sinalizava alguma concessão ao  
novo poder constituído nas urnas. A coroa e o cetro, símbolos  
31 do seu poder, também foram deixados sobre uma mesa.

Laurentino Gomes. 1822. Rio de Janeiro: Nova  
Fronteira, 2010, p. 213-16 (com adaptações).

Com base nas estruturas linguísticas e semânticas do texto acima,  
julgue os itens de 51 a 59.

- 51 No primeiro parágrafo do texto, as formas nominais “Convocada”, “instalada” e “dissolvida” têm como substantivos correlatos, respectivamente, **convocação, instalação e dissolução**.
- 52 Aos acontecimentos citados no primeiro parágrafo do texto estão relacionadas expressões indicativas de tempo, tais como “um ano mais tarde” e “seis meses depois”, que exercem a função de adjuntos adverbiais de tempo.
- 53 No primeiro parágrafo do texto, o autor resume a história da assembleia constituinte de 1822.
- 54 Se os primeiros dois parágrafos fossem reunidos em um só, o primeiro parágrafo original corresponderia a uma sentença tópica, e o segundo parágrafo original, ao desenvolvimento desse novo parágrafo.

- 55 De acordo com o texto, portugueses recém-chegados ao Brasil que possuíssem riquezas e virtudes poderiam, mediante concessão especial, tornar-se membros da constituinte.
- 56 No primeiro parágrafo do texto, os verbos auxiliares das locuções verbais “seria instalada” e “acabaria dissolvida” estão flexionados no futuro do pretérito, forma usada para relatar um fato que não se consumou, apesar de previsto, qual seja: a assembleia constituinte não conseguiu cumprir a missão de elaborar e aprovar uma constituição para o país.
- 57 Preservam-se a correção gramatical e o sentido do texto ao se substituir o trecho “Convocada por D. Pedro em junho de 1822, a constituinte só seria instalada um ano mais tarde” (ℓ.1-2) por: A constituinte, convocada por D. Pedro em junho de 1822, só seria instalada um ano mais tarde.
- 58 A substituição da conjunção “mas” (ℓ.3) por “conquanto” manteria o sentido original do texto e acrescentaria característica rebuscada à linguagem empregada.
- 59 A mesma norma gramatical que estabelece a ocorrência do sinal indicativo de crase em “eleição dos deputados às cortes de Lisboa” (ℓ.6-7) prescreve o emprego desse sinal em **eleição dos deputados à todas as cortes de Lisboa**.

Julgue os itens seguintes, relativos às relações sintáticas e semânticas do texto.

- 60 No trecho “Era a elite intelectual (...) quatro regentes do Império” (ℓ.17-23), a organização dos elementos estruturais indica o predomínio da coordenação.
- 61 Caso a referida taxa de analfabetismo fosse de 98% da população, o trecho “Em uma época em que a taxa de analfabetismo alcançava 99% da população, só um entre cem brasileiros era elegível” (ℓ.13-15) deveria ser corretamente reescrito da seguinte forma: Em uma época em que a taxa de analfabetismo alcançava 98% da população, só dois entre cem brasileiros seria elegível.
- 62 Na linha 20, a forma verbal “sairiam” antepõe-se ao sujeito da oração, que corresponde a um sujeito composto.
- 63 Empregando-se a voz ativa e mantendo-se os tempos verbais empregados, o trecho “O local das reuniões era a antiga cadeia pública, que, em 1808, havia sido remodelada pelo vice-rei conde dos Arcos” (ℓ.24-25) seria, corretamente, reescrito da seguinte forma: O local das reuniões era a antiga cadeia pública, que, em 1808, o vice-rei conde dos Arcos remodelou.
- 64 O segmento “o que” (ℓ.29) pode ser substituído, sem prejuízo à correção gramatical e ao sentido do texto, por **coisa que, fato que e atitude que**.
- 65 Nas duas orações do primeiro parágrafo do texto em que o sujeito está elíptico, a referência é o termo “a constituinte” (ℓ.1-2), tal como expressa a concordância, em número e gênero, desse termo com os participípios a ele relacionados.

1 No Brasil, a tradição política no tocante à  
representação gira em torno de três ideias fundamentais. A  
primeira é a do mandato livre e independente, isto é, os  
4 representantes, ao serem eleitos, não têm nenhuma obrigação,  
necessariamente, para com as reivindicações e os interesses de  
seus eleitores. O representante deve exercer seu papel com base  
7 no exercício autônomo de sua atividade, na medida em que é  
ele quem tem a capacidade de discernimento para deliberar  
sobre os verdadeiros interesses dos seus constituintes. A  
10 segunda ideia é a de que os representantes devem exprimir  
interesses gerais, e não interesses locais ou regionais. Os  
interesses nacionais seriam os únicos e legítimos a serem  
13 representados. A terceira ideia refere-se ao princípio de que o  
sistema democrático representativo deve basear-se no governo  
da maioria. Praticamente todas as leis eleitorais que vigoraram  
16 no Brasil buscaram a formação de maiorias compactas que  
pudessem governar.

Gilberto Bercovici. *A origem do sistema eleitoral proporcional no Brasil*. In: *Estudos Eleitorais*, TSE, vol. 5, n.º 2, 2010, p. 53.  
Internet: <www.tse.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, relativos às estruturas sintáticas e semânticas do texto.

- 66 Na linha 4, a forma verbal “têm” concorda com o núcleo nominal “representantes”, flexionado no plural, o que torna obrigatório o emprego do acento circunflexo nessa forma verbal.
- 67 Em “A segunda ideia é a de que” (ℓ.9-10), o “a” que precede “de que” poderia ser retirado, sem acarretar prejuízo à correção gramatical, ao passo que, em “A primeira é a do” (ℓ.2-3), o “a” que precede “do” não poderia ser retirado, visto que substitui a palavra “ideias” (ℓ.2).
- 68 Sem alteração do sentido do texto e com correção gramatical, a expressão “na medida em que” (ℓ.7) pode ser substituída por **À proporção que**.
- 69 No segundo período do texto, as vírgulas logo após as palavras “representantes” e “eleitos” poderiam ser suprimidas, sem prejuízo para a correção gramatical do texto, dado que, nessas ocorrências, trata-se de emprego facultativo desse sinal de pontuação.
- 70 Com correção gramatical, o trecho “ao princípio de que o sistema democrático representativo” (ℓ.13-14) poderia ser reescrito da seguinte forma: ao princípio que o sistema democrático representativo.
- 71 Em “deve basear-se” (ℓ.14), a colocação do pronome “se” antes da forma verbal “deve” atenderia à prescrição gramatical.
- 72 Entre os elementos de coesão utilizados nesse fragmento de texto incluem-se numerais ordinais.
- 73 Sem acarretar prejuízo à coesão textual, o texto poderia ser dividido em quatro parágrafos, correspondendo o primeiro parágrafo a “No Brasil (...) fundamentais” (ℓ.1-2); o segundo a “A primeira (...) constituintes” (ℓ.2-9); o terceiro parágrafo a “A segunda (...) representados” (ℓ.9-13); e o quarto parágrafo a “A terceira (...) governar” (ℓ.13-17).
- 74 Em “a tradição política no tocante à representação” (ℓ.1-2), o emprego do sinal indicativo de crase é obrigatório, ao passo que, no segmento **no que toca a representação**, tal emprego é facultativo.
- 75 Nesse fragmento de texto, o tópico frasal corresponde ao primeiro período.

### Texto para os itens de 76 a 89

1 Um dos problemas mais significativos da democracia  
representativa brasileira, preexistente à Constituição de 1988,  
mas mantido por ela, é a distorção da representação das  
4 unidades federadas na Câmara dos Deputados. Trata-se de  
assunto cuja importância e mesmo centralidade não podem ser  
desprezadas: princípio basilar da democracia representativa é  
7 o voto de cada pessoa ter o mesmo peso eletivo. O atual  
sistema permite que o voto de um cidadão seja dezenas de  
vezes mais significativo, nas eleições para a Câmara, do que o  
10 voto de outro. Essa situação é incompatível com o  
aperfeiçoamento democrático de nosso regime político.

A Constituição brasileira (art. 45, *caput*) determina  
13 que a representação dos estados na Câmara dos Deputados seja  
proporcional à população. Entretanto, a seguir, estabelece piso  
e teto dessa representação (oito e setenta deputados,  
16 respectivamente), que implicam a negação dessa  
proporcionalidade.

Octaciano Nogueira, em trabalho a respeito do tema,  
19 parte da premissa de que essa distorção “não é obra do regime  
militar, que, na verdade, se utilizou desse expediente, como de  
inúmeros outros, para reforçar a Arena, durante o  
22 bipartidarismo; sua origem remonta à Constituinte de 1890,  
quando, por sinal, o problema foi exaustivamente debatido; a  
partir daí, incorporou-se à tradição de nosso direito  
25 constitucional legislado, em todas as subseqüentes  
constituições; e o princípio, portanto, estabelecido durante as  
fases democráticas sob as quais viveu o País e mantido sempre  
28 que se restaurou o livre debate, subseqüente aos regimes de  
exceção, foi invariavelmente preservado, como ocorreu em  
1946 e 1988.”

Arlindo F. de Oliveira. *Sobre a representação dos estados na Câmara dos Deputados*. In: *Textos para Discussão*, n.º 5, abr./2004 (com adaptações).

Atendo-se à interpretação do texto, julgue os próximos itens.

- 76 A distorção referida no primeiro período do texto reside na possibilidade de um candidato ser eleito deputado estadual com votação inexpressiva no lugar de outro que obtenha maior número de votos.
- 77 Deduz-se da citação inserida no terceiro parágrafo que a distorção mencionada no texto não faz parte do entulho autoritário gerado pelo regime militar implantado no Brasil.
- 78 Depreende-se da leitura que houve oportunidades para se corrigir a distorção mencionada no texto, mas isso não foi feito.
- 79 O texto contém segmentos que permitem ao leitor depreender a opinião do autor acerca do tema tratado.
- 80 Para o autor, o tema da representação dos estados na Câmara dos Deputados está vinculado ao aprimoramento da democracia representativa brasileira.

Julgue os itens subsecutivos, com relação a aspectos linguísticos do texto.

- 81 A explicação para o emprego do acento grave em “proporcional à população” (l.14) também se aplica às seguintes ocorrências: **favorável à população; graças à população; ofensivo à população.**
- 82 O emprego das iniciais maiúsculas nas palavras Constituição (l.2) e Câmara dos Deputados (l.4) está de acordo com as normas ortográficas da língua portuguesa.
- 83 Dadas as relações de sentido do período, o sinal de dois-pontos, na linha 6, poderia ser substituído pela conjunção “porque”, sem prejuízo do sentido geral do trecho.
- 84 A palavra “*caput*” (l.12), termo técnico da linguagem jurídica, está grafada em itálico por constituir estrangeirismo.
- 85 Por estar separando ideias contrárias, “Entretanto” (l.14) poderia ser substituído pela expressão **Ao contrário**, sem prejuízo da correção gramatical e sem alteração do sentido do texto.
- 86 Na linha 16, o anafórico “que” poderia ser substituído por **o que**, sem prejuízo da coesão textual e da correção gramatical do período.
- 87 Nas linhas 15 e 16, os sinais de parênteses isolam uma explicitação numérica, por isso podem ser substituídos, com correção, pelo duplo travessão, desde que a vírgula antes do vocábulo “que” (l.16) seja suprimida.
- 88 No terceiro parágrafo do texto, o emprego das aspas é desnecessário, visto que a transcrição do trecho de Octaciano Nogueira está integrada à sintaxe do parágrafo.
- 89 Os três sinais de ponto e vírgula empregados no último parágrafo do texto (l.22, 23 e 26) poderiam ser substituídos, com correção, por ponto final, ajustando-se as iniciais maiúsculas nos novos períodos e suprimindo-se a conjunção “e” do segmento “e o princípio” (l.26).

#### Texto para os itens de 90 a 102

1 O voto tem, primordialmente, o caráter de função pública. Como componente do órgão eleitoral, o eleitor concorre para compor outros órgãos do Estado também criados

4 pela Constituição. Em geral, porém, as constituições têm deixado o exercício da função de votar a critério do eleitor, não estabelecendo sanções para os que se omitem. Nessa hipótese,

7 as normas jurídicas sobre o voto pertenceriam à categoria das normas imperfeitas, o que redundaria em fazer do sufrágio simples dever cívico ou moral. Somente quando se torna

10 obrigatório, o voto assume verdadeiro caráter de dever jurídico. Tal obrigatoriedade foi estabelecida por alguns países, menos pelos argumentos sobre a natureza do voto do que pela

13 abstenção de muitos eleitores — fato prenhe de consequências políticas, inclusive no sentido de desvirtuar o sistema democrático. Nos pleitos eleitorais com alta porcentagem de

16 abstenção, a minoria do eleitorado poderia formar os órgãos dirigentes do Estado, ou seja, governo e parlamento.

Eleições e sistemas eleitorais. In: Revista de Jurisprudência – Arquivos do tribunal de alçada do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1.º trim./1981, p. 66 (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, a respeito da interpretação do texto e dos sentidos que ele veicula.

- 90 Deduz-se da leitura do texto que a possibilidade de alta abstenção em pleitos eleitorais constitui um argumento frágil a favor da obrigatoriedade do voto.
- 91 As ideias desenvolvidas no texto obedecem à seguinte ordem: natureza do voto; voto como dever cívico ou moral; voto como dever jurídico.
- 92 Mantém coerência com as ideias do texto a seguinte proposição: o que define se o voto é um dever cívico ou um dever jurídico é a consciência de cada eleitor no momento de votar.

Julgue os itens a seguir, tomando como foco estruturas linguísticas e elementos semânticos do texto.

- 93 Na linha 8, o verbo **redundar** é empregado com o mesmo sentido e a mesma regência que o empregado na seguinte frase: Redundaram, no discurso do diretor, elogios aos funcionários.
- 94 Pertencem ao mesmo campo de significação, no texto, as palavras: “voto” (l.1); “sufrágio” (l.8) e “eleitorado” (l.16).
- 95 O sentido do advérbio “primordialmente” (l.1) equivale ao do adjetivo “primordial” na frase: O conceito primordial da arte encerra a ideia de equilíbrio.
- 96 O termo “sanções” (l.6) está empregado em sentido conotativo.
- 97 Na linha 6, os pronomes “os” e “se” em “os que se omitem” são anafóricos do termo “eleitor” (l.5); o pronome “que” é anafórico de “função de votar” (l.5).

Julgue os itens seguintes, com foco na pontuação de elementos do texto.

- 98 A vírgula empregada após a expressão “ou seja” (l.17) poderia ser substituída por dois-pontos sem prejuízo para a correção gramatical do texto.
- 99 Não haveria prejuízo para os sentidos ou para a correção gramatical do texto caso o advérbio “primordialmente” (l.1) fosse deslocado, com as vírgulas que o isolam, para imediatamente antes da forma verbal “tem” (l.1).
- 100 Se a conjunção “porém” (l.4) fosse deslocada para o início do período, estaria correta a seguinte pontuação: Porém, em geral, as constituições (...).
- 101 Para marcar com mais nitidez que o período iniciado na linha 9 trata do voto obrigatório, a vírgula poderia ser deslocada para depois da palavra “voto”, ficando o período assim pontuado: Somente quando se torna obrigatório o voto, assumiria (...).
- 102 Na linha 13, o sinal de travessão poderia ser substituído, com correção, por vírgula.

1 Na hipótese de doações a partidos políticos ou  
 candidatos por meio da Internet, as fraudes ou erros cometidos  
 pelo doador, sem conhecimento dos candidatos, dos partidos  
 4 ou das coligações, não ensejam a responsabilidade destes nem  
 a rejeição de suas contas eleitorais. Essa especificação protege  
 candidatos e partidos contra possíveis fraudes praticadas por  
 7 terceiros com o intuito de prejudicá-los. Assim, somente são  
 por elas responsabilizados os doadores que as cometeram, e os  
 candidatos e partidos políticos, se delas participarem de alguma  
 10 forma ou delas tiverem conhecimento.

Walber de Moura Agra. **Financiamento de campanha e prestação de contas**. In: **Estudos Eleitorais**, TSE, vol.5, n.º 2, 2010, p. 10. Internet: <www.tse.gov.br> (com adaptações).

Considerando os mecanismos de coesão do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 103 O referente textual de “elas” (l.8) é “contas eleitorais” (l.5), e o do pronome “as”, em “as cometeram” (l.8), é “fraudes” (l.6).
- 104 A conjunção **ou** empregada em “as fraudes ou erros” (l.2) designa exclusão, como na frase **Liberdade ou morte!**
- 105 O pronome “destes” (l.4), refere-se apenas a “candidatos” (l.3) e “partidos” (l.3), por serem ambos substantivos masculinos flexionados no plural.
- 106 A expressão “suas contas eleitorais” (l.5) é empregada, no texto, com o sentido de **contas eleitorais dos candidatos**.
- 107 Na linha 7, a forma pronominal “los” é empregada como elemento anafórico de “terceiros”.

Julgue os próximos itens, com relação ao correto emprego de **porque, porquê, por que e por quê**.

- 108 Se me perguntam por que sou favorável ao voto distrital, qual o motivo porque defendo tal sistema, explico de pronto: porque com ele diminui a briga interna dos partidos em cada distrito. Além disso, porque o voto distrital dá ao eleitor a possibilidade de controlar quem foi por ele eleito.
- 109 Alguns prefeitos se reelegem com extrema facilidade. Por que isso ocorre? Por que prefeitos de municípios recém-criados se reelegem com muito mais facilidade do que os demais? Provavelmente, porque têm mais liberdade para gastar e amplas possibilidades de contratar novos funcionários para compor a burocracia local.
- 110 Em cada eleição se manifesta o desejo de permanência ou mudança. Mudar por quê? Nem todos os porquês são razoavelmente justificáveis. É preciso que cada um reflita seriamente para saber por que quer mudar, ou por que quer a continuidade de determinado grupo no poder.

Com relação ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, julgue os itens a seguir.

- 111 O gozo de férias do servidor pode ser interrompido, entre outros motivos, por convocação de júri, serviço eleitoral ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade em que o servidor desempenhe suas funções.
- 112 Ainda que interinamente, é vedado ao servidor público exercer mais de um cargo em comissão.
- 113 Se determinado servidor, por ato cometido no exercício da função, for absolvido criminalmente por falta de provas, ele não poderá ser responsabilizado administrativamente pelo mesmo fato.
- 114 Se determinado servidor, na data de publicação do ato de provimento de certo cargo público, estiver em gozo de licença por motivo de doença em pessoa da família, o prazo para a posse será contado do término do respectivo impedimento.
- 115 O vencimento, a remuneração e o provento de um servidor somente podem ser objeto de penhora nos casos de indenização ao erário e prestação alimentícia que resultem de decisão judicial.

Acerca do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE/ES), julgue os próximos itens.

- 116 O fornecimento de documentos e certidões para fins eleitorais é isento de custas.
- 117 A atribuição de presidir a comissão apuradora das eleições é do corregedor regional eleitoral.
- 118 Todas as sessões desse tribunal devem ser públicas, vedadas deliberações em sessão reservada.
- 119 O procurador regional eleitoral pode impetrar *habeas corpus* em matéria eleitoral.
- 120 Findo o prazo de um biênio, o juiz do TRE/ES deverá aguardar o transcurso de dois anos do término da investidura para retornar ao cargo.